

Por Fausto Macedo, Marcio Dolzan, Vinicius Neder e Constança Rezende

Magistrado alega que tomou decisão, após reunião de uma hora e meia com o presidente eleito, diante da 'perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e anticrime organizado, com respeito à Constituição, a lei e aos direitos'; segundo o juiz, 'na prática, significa consolidar os avanços contra o crime e a corrupção dos últimos anos e afastar riscos de retrocessos por um bem maior'.

O juiz federal Sérgio Moro aceitou nesta quinta-feira, 1.^º, o convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para ser ministro da Justiça do futuro governo. Moro vai assumir uma pasta ampliada e com órgãos de combate à corrupção que estão atualmente em outros ministérios, como a Polícia Federal e parte do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

O magistrado afirmou que pretende implementar “forte agenda anticorrupção e anticrime”. A decisão de Moro abre caminho para a indicação de seu nome para uma futura vaga no Supremo Tribunal Federal (STF).

Bolsonaro disse que Moro terá “sinal verde” e “ampla liberdade” para exercer seu trabalho no ministério.

Em nota oficial, Moro informou que vai se afastar de imediato das ações da Operação Lava Jato na 13.^ª Vara Federal em Curitiba, da qual é o titular. Atualmente, o magistrado preside 25 processos vinculados à operação. Para ingressar no governo, Moro terá de pedir exoneração do cargo de juiz, função que exerce há 22 anos.

“Ele falou o que gostaria de fazer lá dentro, (perguntou) se teria meios e liberdade para perseguir uma agenda para combate à corrupção e ao crime organizado, obviamente ao lado da Constituição e das leis. Conversamos e chegamos ao acordo em 100%, em tudo”, disse o presidente eleito, em entrevista após se reunir com o juiz em sua casa, no Rio. “Ele tem ampla liberdade para exercer o trabalho dele lá. Da minha parte, sempre fui favorável a isso. Dei o sinal verde.”

Moro e Bolsonaro conversaram por cerca de uma hora e meia. Parte da conversa teve a participação do economista Paulo Guedes. O presidente eleito e o juiz ficaram a sós por aproximadamente 40 minutos. Após a reunião, o magistrado chegou a deixar o carro onde estava para falar com a imprensa, mas, diante do tumulto no local, não fez nenhuma declaração.

O anúncio de Moro no governo Bolsonaro gerou imediata e grande reação nos mundos jurídico e político. A repercussão incluiu elogios ao currículo do juiz federal e o temor de que a Lava Jato sofra redução de seu ritmo.

Nesta quinta, advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – condenado por Moro e preso na Lava Jato – começaram a preparar um habeas corpus a ser protocolado no Supremo com a alegação de que a ida de Moro para o ministério comprova a tese de que o juiz foi parcial e tinha motivações políticas para condenar o ex-presidente.

No comunicado em que confirmou a decisão de ingressar no futuro governo – antecipada pela coluna Direto da Fonte, de Sonia Racy –, o juiz federal disse que ela foi movida pela “perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e anticrime organizado, com respeito à Constituição, à lei e aos direitos”.

“Na prática, significa consolidar os avanços contra o crime e a corrupção dos últimos anos e afastar riscos de retrocessos por um bem maior. A Operação Lava Jato seguirá em Curitiba com os valorosos juízes locais. De todo modo, para evitar controvérsias desnecessárias, devo desde logo afastar-me de novas audiências.”

Em um primeiro momento, quem tomará decisões sobre os processos da operação na 13.^a Vara na capital paranaense será a juíza federal substituta Gabriela Hardt, que já atuou no caso todas as vezes em que Moro estava ausente – em maio, ela mandou prender o ex-ministro José Dirceu.

Gabriela ocupa o cargo desde 2014. No próximo dia 14, ela poderá conduzir o interrogatório de Lula na ação penal do sítio de Atibaia, na qual o petista é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.

Moro conduziu a operação desde quando foi deflagrada a sua fase ostensiva, em março de 2014, levando à condenação de políticos, empreiteiros, doleiros e administradores da Petrobrás.

‘Escada’. Na avaliação de juristas e de um ex-presidente do Supremo ouvidos pelo Estado, o ingresso de Moro no Ministério da Justiça deve barrar eventuais resistências ao nome do juiz e servir de “escada” para uma futura vaga na Corte.

Durante o mandato de Bolsonaro, serão abertas duas vagas no STF por aposentadoria compulsória: a do ministro decano Celso de Mello, em novembro de 2020, e a de Marco Aurélio Mello, em julho de 2021. Conforme este calendário, Moro poderia permanecer ao menos por quase dois anos à frente do Ministério da Justiça. Embora não haja nenhum impedimento legal, não é usual um juiz de primeiro grau ser indicado para o Supremo.

Moro nasceu em 1.^o de agosto de 1972 em Maringá (PR). Filho de professores, formou-se em Direito, em 1995, pela Universidade Estadual de Maringá. O juiz é casado com a advogada Rosângela Wolff, com quem tem dois filhos.

A NOTA OFICIAL DE SÉRGIO FERNANDO MORO

“Fui convidado pelo Sr. Presidente eleito para ser nomeado Ministro da Justiça e da Segurança Pública na próxima gestão. Após reunião pessoal na qual foram discutidas políticas para a pasta, aceitei o honrado convite. Fiz com certo pesar, pois terei que abandonar 22 anos de magistratura. No entanto, a perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e anticrime organizado, com respeito à Constituição, à lei e aos direitos, levaram-me a tomar esta decisão. Na prática, significa consolidar os avanços contra o crime e a corrupção dos últimos anos e afastar riscos de retrocessos por um bem maior. A Operação Lava Jato seguirá em Curitiba com os valorosos juízes locais. De todo modo, para evitar controvérsias desnecessárias, devo desde logo afastar-me de novas audiências. Na próxima semana, concederei entrevista coletiva com maiores detalhes.

Curitiba, 1.^o de novembro de 2018.

Sergio Fernando Moro”

Fonte: [O Estado de S. Paulo](#), em 01.11.2018.